

CORREIO NACIONAL

Paulo Pinto/Agência Brasil



Justiça e Meio Ambiente unem forças

Formação de agentes para combater maus-tratos a animais

O Governo Federal lançou, nesta quarta-feira (11), o curso de enfrentamento aos maus-tratos contra animais, voltado a profissionais do Sistema Único de Segurança Pública (Susp).

A iniciativa é resultado de uma parceria entre o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

O curso on-line foi desenvolvido para ampliar a formação dos profissionais da segurança pública, com conteúdo voltado à identificação, investigação e resposta adequada a casos de violência contra animais.

A capacitação já está disponível na plataforma de ensino da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp).

Caso Orelha jogou luz ao problema

A ação ganha relevância diante de episódios como o caso da morte do cão comunitário Orelha, ocorrido no início de janeiro em Florianópolis (SC). O fato gerou ampla comoção e repercussão, reacendendo o debate sobre a necessidade de respostas mais ágeis e qualificadas das autoridades diante de casos de maus-tratos contra animais. Atualmente, a legislação prevê pena de detenção de três meses a um ano e multa para maus tratos.

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



O teplizumabe é indicado contra a diabetes tipo 1

Anvisa libera novos medicamentos

A Anvisa aprovou novos medicamentos para o tratamento do diabetes tipo 1, para o câncer de mama e para o angioedema hereditário. Os registros foram publicados no Diário Oficial da União (DOU) na última segunda-feira.

A agência aprovou o Tzield® (teplizumabe), indicado para retardar o início do diabetes tipo 1, estágio 3, em pacientes adultos e pediátricos com 8 anos de idade ou mais que já estejam no estágio 2. O diabetes tipo 1 é uma doença autoimune grave e de longa duração, que costuma se manifestar na infância.

Tratamento do câncer de mama

Também foi aprovado o Datroway®, indicado para o tratamento de pacientes adultos com câncer de mama irrissecável ou metastático, com receptor hormonal positivo e HER2 negativo, que já tenham se submetido a terapia endócrina e a pelo menos uma linha de quimioterapia para doença irrissecável (que não pode ser removida) ou metastática (que se espalhou do local original).

Violência de gênero

O mês de março, marcado pelas reflexões sobre os direitos das mulheres, e o mês de abril, dedicado à convivência escolar, abrem uma oportunidade importante para que escolas de educação básica aprofundem o debate sobre o enfrentamento da violência de gênero no ambiente escolar.

Material do MEC

Para isso, o Ministério da Educação (MEC) orienta que o tema seja abordado de forma educativa, preventiva e articulada às políticas de convivência escolar promovidas pela pasta, fortalecendo ambientes seguros e respeitosos para todos. O MEC disponibiliza uma série de materiais pedagógicos e cursos.

Combate ao crime I

O Fórum Internacional de Policiamento Inteligente e de Centros de Fusão começou na terça-feira (10), na sede da Polícia Rodoviária Federal (PRF). A iniciativa é realizada em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp).

Combate ao crime II

O evento, que segue até sexta, discute novas estratégias para a segurança pública brasileira e promove um espaço de articulação entre especialistas nacionais e internacionais. O objetivo é substituir respostas isoladas por ações baseadas em inteligência e evidências. A visa fortalecer a capacidade de prevenir e reprimir o crime organizado

Lista atualizada I

A Instrução Normativa 428/2026 foi publicada na última sexta e atualizou a Lista de Medicamentos de Referência da Agência. Um medicamento de referência é um produto inovador, registrado na Anvisa, com eficácia, segurança e qualidade comprovadas cientificamente antes da concessão do registro.

Lista atualizada II

Os critérios para indicação de um medicamento como referência, assim como os procedimentos para sua inclusão ou exclusão da LMR, foram estabelecidos na Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) 957/2024. O medicamento incluído na LMR passa a ser considerado um parâmetro de eficácia terapêutica.



Comunidade enfrenta dificuldades para captação de recursos

Alinhamento quilombola à agenda climática

Conclusão é de pesquisa do Instituto Sumaúma

Da Redação

Uma pesquisa do Instituto Sumaúma mapeou entidades quilombolas que articulam práticas culturais e comunicacionais em todo o país e descobriu que esta população é fortemente alinhada às agendas de justiça climática, racial e territorial.

O Sumaúma atua na área de pesquisa de impacto social e apoia pessoas negras, indígenas e periféricas no acesso à educação.

Para Juliane Sousa, pesquisadora quilombola que atuou como consultora da pesquisa, o levantamento é fundamental porque reconhece as ações de comunicação e cultura empenhadas pela população quilombola há muito tempo.

“Ao identificar e enumerar essas atividades, a pesquisa auxilia no acesso a editais e ajuda organizações que trabalham com territórios quilombolas a entender que essas ações existem, permitindo que pensem estrategicamente em como apoiá-las,” argumenta.

A pesquisadora ressalta que os estudos sobre a comunidade quilombola são escassos e isso se reflete na falta de direitos. Juliane Sousa relembra que o primeiro Censo do IBGE que identificou, especificamente, localidades e populações quilombolas foi realizado somente em 2022.

“Isso é muito grave, porque é uma população que existe neste território desde que ele foi inva-

dido, há mais de 500 anos. A falta de dados implica na falta de acesso a direitos básicos para essa população, como educação, saúde e alimentação”, comentou Juliane.

De comunicadores a influenciadores quilombolas, foram consultados 53 agentes de comunicação a partir de um formulário online. Também houve a realização de um grupo focal com oito lideranças quilombolas.

A pesquisa observou que os agentes produzem conteúdos que preservam a memória das comunidades, registrando comemorações locais (81%), o plantio e a colheita do próprio alimento (73,6%), o artesanato (68%) e contações de história (64,2%), por exemplo.

Também foram analisadas pautas debatidas nas práticas culturais e comunicacionais. Com possibilidade de múltiplas respostas, as temáticas envolvem racismo (87%), políticas públicas (85%), educação (77,4%), problemas ambientais (70%), demarcação territorial (64%), titulação territorial (62,3%), acesso à renda (60%) e justiça climática (53%).

O estudo também evidencia as dificuldades acerca da produção de conteúdo digital nas comunidades quilombolas. Nas regiões rurais, muitos relataram falta de acesso à internet, limitações financeiras para aquisição de ferramentas e softwares, e dificuldades de compreensão no uso dessas ferramentas.